

**PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS  
CONTAS ANUAIS DE GOVERNO –2013  
MUNICÍPIO DE MATUPÁ – MT**

**1- INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos arts. 31 e 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; ao art. 8º e 9º da Lei Complementar 269/2007; aos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007 e à Resolução Normativa TCE nº 033/2012, apresenta-se o Parecer Técnico Conclusivo da Unidade de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo, exercício 2013, da Prefeitura Municipal de Matupá.

O Controle Interno desenvolveu atividades tanto no Executivo quanto no Legislativo através da orientação e prestação de informações, visando o pleno atendimento às normas legais. A atuação desta Unidade de Controle Interno deu-se através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas, tanto formalmente através de Pareceres e Auditorias realizadas nos setores, quanto informalmente, visando prevenir e sanar inconformidades ou deficiências administrativas, bem como munir o gestor de informações confiáveis e precisas no processo de tomada de decisão.

Nos pareceres técnicos e nas notificações recomendatórias emitidas pelo Controle Interno são analisados os assuntos específicos a cada item e nos Relatórios Trimestrais é efetuada uma auditoria com enfoque em diversos setores, envolvendo, por exemplo: gestão orçamentária do PPA, LDO e LOA; Gestão de Pessoal; Repasse ao Legislativo; Gestão de Tesouraria e Contabilidade; Gestão Tributária; Gestão em Saúde e Educação.

O relatório a seguir vem sintetizar os diversos levantamentos e verificações realizadas durante o exercício de 2013, sendo que este deverá compor o processo de prestação de contas desta Prefeitura, o qual será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado e colocado à disposição da população em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprimento ao princípio constitucional da Transparência na Administração Pública.

**2 – RESPONSÁVEIS**

As contas do Poder Executivo no exercício em exame estiveram sob o governo do Senhor Valter Miotto Ferreira, Prefeito Municipal e do Senhor Antonio Pereira Sobrinho, Vice-Prefeito Municipal e as do Poder Legislativo, do Senhor Celso Martin Costin, cujos dados pessoais são os seguintes:

<b>PREFEITO MUNICIPAL:</b>	
NOME:	VALTER MIOTTO FERREIRA
PERÍODO:	01/01 a 30/06/2013 e 01/11 a 31/12/2013

<b>PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO:</b>	
NOME:	ANTONIO PEREIRA SOBRINHO
PERÍODO:	01/07 a 31/10/2013

<b>PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO</b>	
NOME:	CELSO MARTIN COSTIN
PERÍODO:	01/01 a 31/12/2013

### 3. RESULTADO DA ANÁLISE DOS ATOS DE GOVERNO

#### 3.1. Processo Orçamentário

##### 3.1.1. Plano Plurianual

No exercício em análise o PPA (Lei nº 712, de 15/10/2009) foi alterado por meio das seguintes leis:

- a) Lei nº 826, de 07/03/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 e abertura de crédito adicional especial para Reforma e Ampliação da Casa de Apoio à Equipe de Profissionais Especializados da Unidade Saúde da Família da Gleba União/Padovani;
- b) Lei nº 842, de 27/06/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 e a abertura de crédito adicional especial para o Executivo Municipal a realizar repasse financeiro ao Instituto Lions da Visão;
- c) Lei nº 843, de 08/07/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 e abertura de crédito adicional especial para Construção de Muro com Gradil na Sede do Projovem;
- d) Lei nº 845, de 08/07/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 e abertura de crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- e) Lei nº 854, de 10/09/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 ao Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para o Centro de Tradições Gaúchas Recordando a Querência;
- f) Lei nº 858, de 10/10/2013: Autoriza a inclusão de meta no PPA 2010/2013, na LDO 2013 e na LOA 2013 ao Executivo Municipal a promover campanha ambiental e cultural de arrecadação de garrafas PET para a decoração natalina, com aquisição de prêmios;
- g) Lei nº 809, de 09/11/2012: Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal nº 712/2009 e dá outras providências. As alterações compreendem a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização e inclusão de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através da revisão.

Por meio das leis supracitadas, as alterações realizadas no PPA estão de acordo com os preceitos constitucionais estabelecidos para a matéria (art. 165, § 1º, CF).

Há no município procedimentos de controle interno implantados relativos à elaboração do PPA, encaminhamento ao legislativo do projeto e suas alterações, conforme Instrução Normativa nº 001-UCI de 16/03/2009.

Houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão do plano, conforme preceitua o Art. 9º, § 4º e Art. 48, § Único da Lei Complementar nº 101/00 e Art. 4º, III, Alínea F, da Lei nº 10.257/01, comprovados através dos registros mantidos nos arquivos do município, mediante publicações, fotos, lista de presença e registro em ata.

Foram estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

As metas foram quantificadas física e financeiramente, ano a ano, para o período de quatro anos.

Foram estabelecidos indicadores para mensurar os programas embora os mesmos não estejam definidos e detalhados, em virtude do município não possuir série histórica de indicadores.

Não houve no exercício irregularidade/inconsistência identificada pelo controle interno.

##### 3.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias

Por meio da Lei Municipal nº 805, de 20/09/2012, aprovaram as diretrizes orçamentárias do município para o exercício em exame, e a Lei Municipal nº 810, de 09/11/2012, que trata da revisão da LDO e dispõe sobre a alteração de Anexo I da Lei anteriormente citada, as quais estão em conformidade com os preceitos constitucionais estabelecidos para a matéria (art. 165, § 2º, CF e art. 4º da LRF).

A LDO contém: **Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I**, cujas metas e prioridades devem ser observadas na elaboração da execução da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual, e devem

observar os macros objetivos estabelecidos no Plano Plurianual; Seu texto dispõe sobre orientações para elaboração da LOA, alterações na legislação tributária; dispositivo sobre equilíbrio entre receita e a despesa; Critérios e forma de limitação de despesas, controle de custos, normas referente a avaliação de resultados dos programas; Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; Formas de utilização da reserva de contingências, programação financeira, cronograma de execução mensal, renúncia de receita, exigência para transferências voluntárias; Disposição sobre projetos em andamento e despesas de conservação do patrimônio; **Anexo de Metas Fiscais – denominado Anexo II** – composto de diversos demonstrativos de metas anuais que versam sobre o equilíbrio fiscal, resultado primário e nominal para pagamento da dívida, referente ao exercício atual, comparado com três exercícios anteriores e dois exercícios futuros; e **Anexo de Riscos Fiscais** com Passivo Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem.

Há no município procedimentos de controle interno implantados relativos à elaboração da LDO, encaminhamento ao legislativo do projeto e suas alterações, conforme Instrução Normativa nº 001-UCI de 16/03/2009.

Houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão da LDO, conforme preceitua o Art. 9º, § 4º e Art. 48, § Único da Lei Complementar nº 101/00 e Art. 4º, III, Alínea F, da Lei nº 10.257/01, comprovados através dos registros mantidos nos arquivos do município, mediante publicações, fotos, lista de presença e registro em ata.

Não houve no exercício irregularidade/inconsistência identificada pelo controle interno.

### 3.1.3. Lei Orçamentária Anual

A Lei Municipal nº 808, de 09 de Novembro de 2012, foi que aprovou o ORÇAMENTO para o exercício de 2013, estimou a RECEITA e fixou a DESPESA em R\$ 32.350.000,00 (Trinta e dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais).

A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO e o texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.

O texto encontra-se compatível com o disposto na legislação sobre o assunto, atendendo ao princípio da exclusividade.

Há no município procedimentos de controle interno implantados relativos à elaboração da LOA, encaminhamento ao legislativo do projeto e suas alterações, conforme Instrução Normativa nº 001-UCI de 16/03/2009.

Houve incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão da LOA, conforme preceitua o Art. 9º, § 4º e Art. 48, § Único da Lei Complementar nº 101/00 e Art. 4º, III, Alínea F, da Lei nº 10.257/01, comprovados através dos registros mantidos nos arquivos do município, mediante publicações, fotos, lista de presença e registro em ata.

Não houve no exercício irregularidade/inconsistência identificada pelo controle interno.

#### 3.1.3.1 Alterações Orçamentárias

O Orçamento da Prefeitura Municipal de Matupá demonstra um bom planejamento na execução orçamentária, sendo que no decorrer do exercício foram realizadas suplementações no montante de R\$ 10.804.315,89 (Dez milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e quinze reais, oitenta e nove centavos), entre créditos adicionais suplementares, especial e por excesso de arrecadação.

Tabela 01: Créditos Adicionais do Período

Unidade Orçamentária	Orçamento Inicial(OI)	Créditos Adicionais			Redução	Orçamento Final (OF)	% entre o OF e o OI (OF/OI)
		Suplementar	Especial	Extraordinários			
01.001	1.212.000,00	134.277,53	-	-	134.277,53	1.212.000,00	100%
02.001	647.000,00	176.147,84	-	-	189.899,09	633.248,75	97,87%
03.001	784.000,00	924.360,66	-	-	104.056,60	1.604.304,06	204,63%
04.001	972.000,00	500.961,60	-	-	125.583,35	1.347.378,25	138,62%
05.001	1.271.000,00	356.587,79	-	-	391.970,33	1.235.617,46	97,22%

06.001	838.000,00	130.422,82	-	-	573.936,70	394.486,12	47,07%
07.001	2.757.000,00	703.147,06	-	-	976.592,37	2.483.554,69	90,08%
07.002	710.000,00	1.388.099,25	-	-	357.289,22	1.740.810,03	245,18%
07.005	480.000,00	164.949,96	-	-	164.774,75	480.175,21	100,04%
07.006	112.000,00	30.000,00	-	-	37.644,81	104.355,19	93,17%
07.007	4.500.000,00	718.295,65	-	-	121.360,03	5.096.935,62	113,27%
08.001	960.000,00	190.044,06	-	-	174.334,02	975.710,04	101,64%
08.002	6.873.500,00	3.185.541,64	125.622,34	-	1.782.724,48	8.401.939,50	122,24%
09.002	1.548.000,00	544.176,48	20.000,00	-	537.808,04	1.574.368,44	101,70%
10.001	4.783.000,00	767.730,80	-	-	2.668.895,73	2.881.835,07	60,25%
10.002	383.000,00	101.535,00	-	-	150.445,52	334.089,48	87,23%
10.003	410.000,00	63.050,00	-	-	130.485,05	342.564,95	83,55%
11.001	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00	100%
12.001	72.000,00	50.935,89	-	-	55.062,09	67.873,80	94,27%
13.001	540.000,00	198.848,61	18.000,00	-	329.414,20	427.434,41	79,15%
13.002	-	-	17.200,00	-	6.541,26	10.658,74	-
14.001	114.500,00	3.000,00	-	-	50.430,00	67.070,00	58,58%
15.001	512.000,00	291.380,91	-	-	429.356,68	374.024,23	73,05%
15.002	20.000,00	-	-	-	20.000,00	0,00	-
<b>Total</b>	<b>30.500.000,00</b>	<b>10.623.493,55</b>	<b>180.822,34</b>	<b>-</b>	<b>9.512.881,85</b>	<b>31.791.434,04</b>	<b>104,23%</b>

Tabela 02: Créditos Adicionais – por fonte de financiamento

Recursos/ Fonte de Financiamento	Créditos Adicionais			Total
	Suplementar	Especial	Extraordinários	
Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial anterior	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	1.291.434,04	-	-	1.291.434,04
Anulação de dotações	9.332.059,51	180.822,34	-	9.512.881,85
Operações de Crédito	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.623.493,55</b>	<b>180.822,34</b>	<b>-</b>	<b>10.804.315,89</b>

Os créditos adicionais especiais no valor de R\$ 180.822,34 (Cento e oitenta mil, oitocentos e vinte e dois reais, trinta e quatro centavos) foram decorrentes da inclusão de meta no PPA 2010-2013 e LDO e LOA 2012 para atender ações do governo municipal em conformidade com as leis descritas no item 3.1.1.

Os Créditos Adicionais abertos no exercício examinado foram devidamente autorizados por lei e regulamentados por decreto.

Os Créditos adicionais suplementares não excederam aos limites estabelecidos por lei.

### 3.1.4. Execução Orçamentária e Física dos Programas de Governo

A análise da execução orçamentária de 2013, consolidada por Área de Resultado por Programa e Ações, contempla os recursos do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos que financiaram as despesas dos programas. Os valores do Crédito Disponível são após as suplementações e anulações.

#### Execução Orçamentária:

Objetivo Estratégico:	Contribuir para a melhoria da qualidade dos serv. públicos no município, bem como colocar a efetiva disposição da população instrumentos de concretização do direito e garantia fundamental de acesso a justiça e cidadania através dos serv. do Gab. do Prefeito, da Ass. Jurídica, JSM e UMC.				
Programa:	0001 – Gestão da Política Pública				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1001 - Equipamentos, Veiculo e Material Permanente	5.000,00	139.621,50	139.621,50	2.792,43%	100%
1002 – Ampl. e Const. do Paço Mun., Estacionamento, calçada	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2001 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito	641.000,00	493.627,25	493.627,25	77%	100%

Objetivo Estratégico:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas municipais de modernização e controle dos programas na área administrativa, contando com auxílio do Projeto Comunidade Ativa e Conselhos Municipais/Associações.				
Programa:	0002 – Planejar para melhor Administrar				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1003 – Equipamentos, veiculo e material permanente	5.000,00	4.753,98	4.753,98	95,08%	100%
1004 – Elaboração de Projetos, Plano Diretor e Est. da Cidade	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1005 – Implantação da Agenda 21	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2002 – Manut e enc.da Sec Planej.	773.000,00	1.599.550,08	1.599.550,04	206,93%	100%

Objetivo	Implantação de novas tecnologias na área administrativa, de recursos humanos, informática, treinamento e capacitação de servidores, dotando a prefeitura com uma estrutura moderna, qualificada e eficiente na prestação de serviços a comunidade.				
Estratégico:					
Programa:	0003 – Gestão da Política Administrativa				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1006 – Equip. e material permanente	5.000,00	30.193,16	30.193,16	603,86%	100%
1007 – Reforma Administ. e plano de cargos e carreira	1.000,00	80.000,00	80.000,00	8.000%	100%
1009 – Implantação da Ouvidoria Munic.	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003 – Manut. e Encargos da Sec. de Adm	954.000,00	1.237.185,09	1.237.185,09	129,68%	100%
2004 – Manut. e Enc. do Aeroporto do Mun. de Matupá	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010 – Aquisição e Desapropriação de imóveis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo	Apoiar as entidades não governamentais sem fins lucrativos, fundações e outras esferas de governo no desenvolvimento de suas atividades, quando essenciais a população matupaense.				
Estratégico:					
Programa:	0004 – Apoio a entidades não Governamentais e demais esferas de Governo				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2006 – Apoio a ativ. de outras esf. de gov. e s/ fins lucrativos	32.000,00	43.067,00	43.067,00	134,58%	100%

Objetivo	Garantir que os compromissos assumidos possam ser integralmente cumpridos com eficácia.				
Estratégico:					
Programa:	0005 – Administração de operações especiais				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
3001 – Amortização do principal e enc. da dívida pública	141.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3002 – Contribuição ao PASEP	305.000,00	325.125,27	325.125,27	106,60%	100%

3003 – Precatórios e sentenças judiciais	30.000,00	136.272,55	136.272,55	454,24%	100%
3005 – Precatórios e sentenças judiciais de terceiros	75.000,00	181.480,15	181.480,15	241,97%	100%

Objetivo Estratégico:	Implementar um novo conceito de gestão, orientado por programa de governo e promovendo a integração entre os órgãos, captar recursos necessários a implementação de ações estratégicas de governo, modernização dos sistemas informatizados e uso da tecnologia da informação através de nova concepção de gestão.				
Programa:	0006 – Gestão Total				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2005 – Manut. e Encargos da Sec. de Finanças	683.000,00	544.172,49	544.172,49	79,67%	100%
1011 – Equipamentos e mat. permanente	5.000,00	5.500,00	5.429,48	108,59%	98,72%

Objetivo Estratégico:	Apoiar o desenvolvimento da agropecuária e da agricultura, através de ações que promovam a ampliação de renda das famílias no campo e fortaleça as cadeias produtivas, incentivando a agricultura familiar e agroindustrial, voltadas para empreendedores de pequeno porte, utilizando técnicas modernas, visando a conservação do solo, medidas contra degradação de áreas, rec. hid. cient. e tec. do agronegócio.				
Programa:	0007 – Apoio a Promoção Agropecuária				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1019 – Apoio as Ativ. de Apicult., piscicultura e ranicultura	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1020 – Apoio aos Peq. prod. na comerc. de seus produtos	12.000,00	324,68	324,68	0,00	0,00
1022 – Apoio ao Prog. Balde Cheio	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1021 – Aquisição de patrulha mecanizada	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1023 – Inc. e Pac. e criação do cooperat. /Conselho Munic.	36.000,00	7.800,00	7.800,00	21,67%	100%
1126 – Construção da feira do produtor	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo	Coordenar o Planejamento e a formulação de políticas setoriais na área agrícola e controle dos programas da secretaria.				
Estratégico:					
Programa:	0008 – Gestão da Política da Sec. de Agricultura				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1018 – Equipam., veiculo e mat. permanente	5.000,00	16.214,08	16.214,08	324,28%	100%
2007 – Manut. e encargos da Sec. de Agricultura	647.000,00	370.147,36	370.147,36	57,21%	100%

Objetivo	Contribuir para a universalização básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.				
Estratégico:					
Programa:	0010 – Brasil Escolarizado				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2010 – Aquis de merenda escolar ens. F., Inf., J. e Ad, M e E	300.000,00	277.710,17	277.710,17	92,57%	100%
1024 – Veic. útil. ônibus e M onib. p/ transp. esco PCE	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008 – Man. de transp. escolar (ens Fund, Inf. e médio)	651.000,00	1.024.722,24	1.024.722,24	157,41%	100%
2009 – Manut. das esc. munic. através do salário educação	112.000,00	104.355,19	91.397,35	81,60%	87,58%

Objetivo	Estruturar a educação de modo a dar apoio administrativo as atividades e programas de competência da secretaria, bem como capacitar e qualificar os servidores para suprir a demanda da rede física, proporcionando melhoria da qualidade de educação a população.				
Estratégico:					
Programa:	0011 – Gestão da Política de Educação				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1025 – Equipam. Veiculo e mat. permanente	15.000,00	43.500,00	35.578,90	237,19%	81,79%
1026 – Conv. c/ extensão univers. p/ cap. de prof. educ.	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1027 – Construção da sede da Sec. de educ. e desporto	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1028 – Realização de Conv. com os Cons. delib. escolares	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012 – Manut. e encargos da Sec. de educação	1.420.000,00	1.002.023,65	1.000.850,20	70,48%	99,88%
2013 – Manut. do PDDE e demais progr. do FNDE	500,00	1.159,59	1.159,59	231,92%	100%

Objetivo Estratégico:	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de nível técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.				
Programa:	0012 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1029 – Construção/ Ampliação de Escola Profissionalizante	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1030 – Equip. e mat. permanente	5.000,00	18.526,00	18.526,00	370,52%	100%
2014 – Manut da Educ. profession.	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Promover ações para ampliar o nível de escolaridade dos jovens e adultos do município.				
Programa:	0013 – Educação Cidadã				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2015 – Manut. da Educ. de jovens e adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Acesso ao curso universitário, proporcionando o ensino no município ou a outros municípios da região.				
Programa:	0014 – Extensão Universitária				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1031 – Apoio ao	66.500,00	67.646,94	67.634,94	101,71%	99,98%

Ensino Superior					
1032 – Reforma/ Ampliação de prédio publico	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1033 – Equipam. e mat. permanente	5.000,00	48.266,10	48.266,10	965,32%	100%

Objetivo Estratégico:	Assegurar atendimento e integração ao Portador de Necessidades Especiais.				
Programa:	0015 – Apoio a Educação Especial				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1034 – Apoio a APAE	50.000,00	39.596,64	39.596,64	79,19%	100%
2016 – Manut. da Ed. especial – fundeb 40%	82.000,00	131.632,79	131.632,79	160,53%	100%
2017 - Manut. da Ed. especial – fundeb 60%	195.000,00	161.808,25	160.808,25	82,47%	99,38%

Objetivo Estratégico:	Ampliar atendimento a educação infantil, de criança de 0 a 06 anos de idade, na área do município.				
Programa:	0016 – Educação Infantil				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1035 – Equipam. e mat permanente	5.000,00	88.701,16	88.701,16	1.774,02%	100%
1036 – Const. de parques infantis	50.000,00	118.500,00	118.437,83	236,88%	99,95%
1037 – Ampliação/ Reforma de creche	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1119 – Construção e Ampliação de escolas	30.000,00	722.118,00	722.117,56	2.407,06%	100%
2018 – Manut. e encargos da Ed. infantil/ fundeb 40%	533.000,00	680.197,02	680.197,02	127,62%	100%
2019 – Manut. e encargos da Ed. infantil-60%	1.035.000,00	1.181.829,23	1.181.829,22	114,19%	100%

Objetivo	Assegura o ensino fundamental com prioridade e qualidade.				
Estratégico:					
Programa:	0017 – Educação Fundamental				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1038 – Construção de quadras esp. nas escolas mun.	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 – Equip. e mat. permanente	30.000,00	139.010,50	139.010,50	463,37%	100%
1040 – Const. e Ampliação de escolas	200.000,00	632.883,73	632.883,73	316,44%	100%
1041 – Aquis/ desapropriação de imóvel	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1042 – Const. Ampliação de lab. de inform. em esc. municipais	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1123 - Inst. internet banda larga em escolas da gleba	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020 – Man. e encargos do ens. fund. fundeb 60%	1.470.000,00	1.655.249,30	1.652.341,32	112,40%	99,82%
2021 – Man. e encargos do ens. fund. fundeb 40%	1.185.000,00	1.286.219,03	1.286.219,03	108,54%	100%

Objetivo	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso a prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados as demais				
Estratégico:	políticas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.				
Programa:	0018 – Esporte e Lazer na Cidade				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1044 – Rec. de campo de futebol e quadras poliesportivas	29.000,00	23.349,96	23.349,96	80,52%	100%
1045 – Equip. e mat. permanente	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1046 – Ampliação e reforma do estádio municipal	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022 – Manut e	376.000,00	456.825,25	456.484,80	121,41%	99,93%

encargos do depart. de esportes					
2063 – Manut. do fdo de inc. esporte e lazer - FIEL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo	Coordenar o Planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas da Secretaria de Saúde.				
Estratégico:					
Programa:	0019 – Gestão da Política da Secretaria Municipal de Saúde				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1049 – Implantação da Ouvidoria	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023 – Manut. e encargos da sec de saúde	734.000,00	803.835,98	803.305,23	109,44%	99,93%
1047 – Equip., veiculo e materiais permanente	25.000,00	41.314,06	41.314,06	165,26%	100%
1124 – Impl. abastec. distribuição de água São José união	200.000,00	130.560,00	130.560,00	65,28%	100%
1120 – Reforma e Ampliação do Hospital Munic.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo	Qualificar, equipar para atuar na regul., contr., avaliação, auditoria, monitoramento, ações em saúde, programas, regional, gest. trab., educação e saúde, incentivo à participação e controle social, estr. serv. org. assistência farmacêutica e outros atos e normas específicos visando ser inst. manut. C. Regional, implantação de ouvidoria municipal, elaboração PCCS da Saúde, reforma, organização e fortalecimento do CMS com educação permanente ao CMS.				
Estratégico:					
Programa:	0020 – Bloco V – Gestão do SUS				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2024 – Manut. das atividades de gestão do sus	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo	Efetivar as atividades relacionadas a reorientação da assistência farmacêutica de acordo com as prioridades e diretrizes estabelecidas na política de medicamento, para ampliar o acesso dos usuários aos medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, promovendo o uso racional de medicamentos.				
Estratégico:					
Programa:	0021 – Assistência Farmacêutica – Ambulatorial e Hospital				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)

2025 – Man. Ativ. da Assist. Farmacêutica, Amb. e Hospit.	100.000,00	205.475,80	205.475,80	205,48%	100%
---	------------	------------	------------	---------	------

Objetivo Estratégico:	Proporcionar em parceria e co-gestão de outras esferas de governo, distribuição gratuita de medicamentos e insumos básicos de forma contínua; realizar reposição de medicamentos estratégicos e excepcionais vindo do Estado ou Ministério da Saúde para atendimento as necessidades da população conforme agravos diagnosticados ou notificados nos programas de saúde.				
Programa:	0022 – Bloco IV – Assistência Farmacêutica Básica				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2026 – Man. Ativ. da Assistência Farm. Básica	120.000,00	179.735,09	179.735,09	149,78%	100%

Objetivo Estratégico:	Ampliar e manter os trabalhos desenvolvidos pela vigilância em saúde em ampla área de atuação: educação em saúde, capacitação profissional, visitas domiciliares, inspeções sanitárias, atendimento a denúncias, campanha de vacinação, controle e qualidade da água, atuação da unidade sent. e notificando, acompanhamento e fechamento de agravos notificados no SINAN NET, melhoria a qualidade dos serviços prestados.				
Programa:	0023 – Bloco III – Vigilância em Saúde				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1050 – Equip. veic. materiais perman.	30.000,00	8.820,00	8.820,00	29,40%	100%
2029 – Manut. de Deposito de insumos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030 – Mnut. do projeto vida longa	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2027 – Man. do prog. de controle de vigilância sanitária	6.000,00	2.702,25	2.702,25	45,04%	100%
2028 – Man. do prog. de controle de vig. epidemiológica	277.000,00	231.039,78	225.976,09	81,58%	97,81%

Objetivo Estratégico:	Ampliação e Manutenção dos Atendimentos de Urgência e Emergência; Serviços de ultrassom, raio X, eletro e exames laboratoriais; atendimento de fisioterapia, transporte de pacientes em caso de urgência/emergência ou atendimento para especialidades conforme referência da PPI (Prog. Pact. Int.) – ambulatorial e/ou hospitalar; ampliação de ofertas de serviços prestados e os equipamentos disponibilizados na sala de emergência do pronto atendimento.				
Programa:	0024 – Bloco II – Média e Alta Complexidade				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1052 – Equip. e	5.000,00	4.007,00	4.007,00	80,14%	100%

materiais permanente CRDO					
1053 – Contratualização com o consórcio inter. de saúde	260.000,00	340.262,63	340.262,63	130,87%	100%
1054 – Equip. e Materiais Permanente – Hosp. Munic.	40.000,00	118.104,60	118.104,60	295,26%	100%
1055 – Construção de Laboratório	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1056 – Aquis. de ambulância, veic. de transp. coletivo	20.000,00	448.000,00	448.000,00	2.240%	100%
1122 – Aquis. de veic. p/ traslado de paci. em reabil.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1129 – Convênio Inst. Lions da Visão	0,00	12.217,00	11.574,00	1.157,400%	94,74%
2031 – Man. e Enc. do Centro de reabilitação Duse Ometto	201.000,00	230.499,44	230.161,82	114,51%	99,85%
2032 – Man. e Enc. c/ o Hosp. mun. de Matupá e laborat.	3.160.000,00	4.051.722,05	4.032.012,05	127,60%	99,51%

Objetivo Estratégico:	Ampliar, qualificar e manter a rede básica de assistência a saúde, proporcionar atendimentos, curativos e/ou preventivo, promoção e educação em saúde, implantação, execução e acompanhamento dos programas de saúde preconizados pelo Ministério de Saúde, melhoria dos ind., visitas domiciliares, firmar vínculos com a comunidade.				
Programa:	0025 – Bloco I – Atenção Básica				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1057 – Ref. postos de saúde de A. Alegre e Flor da Serra	201.000,00	132.490,13	132.490,13	65,92%	100%
1058 – Const./ implant. unidade de saúde da família	10.000,00	154.679,78	154.679,78	1.546,80%	100%
1059 – Aquisição de veículo utilitário	10.000,00	122.000,00	122.000,00	1.220%	100%
1060 – Aquis. de equip. e mat. perm. as USFs	10.000,00	42.501,74	42.501,74	425,02%	100%

1061 – Aquisição / desapropriação de imóveis	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1062 – Construção do centro de zoonoses	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1128 – Ref. e Ampl. Casa de Apoio da USF da Gleba União/Padovani	0,00	132.405,34	132.343,01	0,00	99,95%
2033 – Man. e encar. nas USFs e P. de saúde rurais	2.140.000,00	1.765.602,10	1.745.129,96	81,55%	98,84%
2034 – Manut. do prog. saúde bucal	218.000,00	219.674,77	219.674,77	100,77%	100%
2035 – Manut. do Centro de Zoonoses	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Proporcionar aos habitantes melhores condições de moradia com infra estrutura básica, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, inserindo famílias de baixa renda em programas que lhes garantam melhores condições de vida.				
Programa:	0026 – Morar Bem e com Qualidade				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1063 – Contr.de unidade habitacionais	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064 – Bolsa Material PSH Pulverizadas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de assistência social.				
Programa:	0028 – Gestão da Política de Assistência Social				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1074 – Construção / Ampl. do centro de convivência do idoso	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041 Manut. do prog. SCFU	15.000,00	9.825,79	9.825,79	65,51%	100%
1130 – Constr. do Muro com Gradil na Sede Projovem	0,00	16.652,12	16.652,12	16.552,17%	100%
2038 – Man. do	40.000,00	65.596,20	65.596,20	164%	100%

prog. de cap dos jovens e adolesc. projovem					
2040 – Manut. do prog. de errad do trabalho infantil PETI	180.000,00	173.480,01	173.480,01	96,38%	100%
2064 – Mnut. do Programa IGD – SUAS	30.000,00	10.464,00	10.464,00	34,88%	100%
1069 – Equip. veic. e mat. permanente dos prog. Fed. e Estad.	10.000,00	54.245,50	54.245,50	542,46%	100%
1070 – Ampl. / reforma da sec. de promoção social	5.000,00	20.278,79	20.278,79	405,58%	100%
1071 – Equip. veic. e mat permanente	5.000,00	6.404,72	6.404,72	128,09%	100%
1072 – Aquisição de Imóveis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1073 – Const. de Posto de Atend. Assist. na Zona Rural	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1114 – Construção de barracão comunitário	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1121 – Construção de centro de múltiplo uso	100.000,00	19.190,00	19.189,99	19,19%	100%
1127 – Reforma do centro social Maria missionária	50.000,00	128.196,78	128.196,78	256,39%	100%
2037 – Matu. do Fundo mun. de assist. social	579.000,00	680.990,81	680.915,81	117,60%	99,99%
2039 – Man. prog. de at a Cca e Adol. Vit. de Viol. sex Creas	202.000,00	178.297,90	178.297,90	88,27%	100%
2042 – Man. de índice de gestão desc. IGD/bolsa família	2.000,00	1.560,00	1.560,00	78%	100%
2043 – Manut. do prog. de atenção a	164.000,00	154.007,20	154.007,20	93,91%	100%

família – PAIF					
2036 – Man. do FMDCA / Conselho Tutelar	100.000,00	55.178,62	55.178,62	55,18%	100%

Objetivo Estratégico:	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.				
Programa:	0030 – Energia Cidadã				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1075 – Expansão da rede de iluminação pública	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044 – Manut. da rede de iluminação pública	205.000,00	268.893,37	268.883,27	131,16%	100%

Objetivo Estratégico:	Proporcionar a infraestrutura rodoviária e urbanística básica, viabilizando o escoamento da produção e o desenvolvimento econômico do município.				
Programa:	0032 – Transporte Rodoviário				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1079 – Const. de travessias urbanas – paralelas BR 163	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1080 – Construção do terminal rodoviário	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1081 – Aquisição de jazidas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1077 – Construção de estradas, pontes e bueiros	300.000,00	251.913,00	251.913,00	83,97%	100%
1078 – Aquis. de máquinas pesadas	50.000,00	44.050,00	44.050,00	88,10%	100%
2046 – Manut. de estradas pontes e bueiros	60.000,00	46.601,95	46.601,95	77,67%	100%

Objetivo Estratégico:	Planejar, gerenciar e promover melhoria na urbanização, de forma integrada, descentralizada e participativa, propiciando um aspecto agradável ao cidadão de acordo com o plano municipal de desenvolvimento.				
Programa:	0033 – Cidade Integrada e urbanizada				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)

1084 – Drenagem e pavimentação asfáltica	2.300.000,00	48.785,27	48.785,27	2,12%	100%
1085 – Construção de Praças e jardins	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1086 – Const. de complexo de lazer na bairro Cidade Alta	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1087 – Aquis. e desapropriação de imóveis	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1082 – Revitalização, calçamento/ Ilum dos lagos centrais	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1083 – Calçamento de ruas e passarelas	50.000,00	47.954,11	47.954,11	95,91%	100%
2047 – Manut. de praças jardins e canteiros	20.000,00	17.242,00	17.242,00	86,21%	100%
2048 – Manut. do Cemitério Munic.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Melhorar as condições de trafegabilidade das vias públicas com pavimentação e sinalização, dando ênfase ao programa de educação para o trânsito, ordenação, reorganização e controle de tráfego, visando o cumprimento das regras e leis de trânsito e consequentemente a redução no número de acidentes.				
Programa:	0034 – Segurança no Trânsito				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1089 – Const. de rotatórias e estacionamento	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1090 – Const. de abrigos p/ passageiros de transp. coletivo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1091 – Const. de passarelas/ trev de pedestre na BR 163	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1088 – Implantação de sinalização horizontal e vertical	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Atender a Passivos Contingentes e Riscos Fiscais Imprevistos.				
Programa:	0035 – Reserva de Contingencia				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
3004 – Reserva de Contingencia	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente.				
Programa:	0036 – Gestão da Política de Meio Ambiente				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
2049 – Manut. e encargos da sec. de meio ambiente	14.000,00	53.235,89	53.235,89	380,26%	100%
1092 – Ampliação do aterro sanitário	30.000,00	4.529,00	4.529,00	15,10%	100%
2050 – Manut do aterro sanitário e reciclagem de lixo	23.000,00	10.108,91	10.108,91	43,95%	100%
1095 – Apoio a Prog. Ambientais Arco verde red. queim.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1093 – Revitaliz. de áreas degradadas no B. Cidade Alta	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa interação desse mercado e consequentemente numa transformação social-cultural; bem como incentivar a leitura, propiciando a produção e difusão do conhecimento.				
Programa:	0037 – Produção e Expansão Cultural				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1097 – Realização de eventos culturais	320.000,00	327.950,92	327.541,92	102,36%	99,88%
1098 – Const. de centro de eventos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2051 – Manut. da biblioteca mun. banda mun. e videoteca	120.000,00	99.483,49	99.480,09	82,90%	100%
2065 – Manut. do	0,00	10.658,74	2.200,00	2.200%	20,64%

Fundo Mun. de Cultua					
-------------------------	--	--	--	--	--

Objetivo Estratégico:	Coordenar a política pública municipal para a formulação de políticas setoriais e avaliação e controle dos programas municipais.				
Programa:	0038 – Gestão da Política da Sec. de Governo				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1099 – Equip. e mat. permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2052 – Manut. e encargos da sec. de governo	44.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2053 – Manut. e encargos do controle interno	65.000,00	67.070,00	67.070,00	103,18%	100%

Objetivo Estratégico:	Fomentar o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, visando agregar valores aos seus produtos nas diversas cadeias produtivas, alavancando o desenvolvimento da economia e consequentemente propiciando o emprego e renda a população.				
Programa:	0039 – Trabalho, Emprego e Renda				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1103 – Inc. fiscal a peq. e micro emp. MEI e assoc/cooper	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1104 – Implant. da segunda etapa do distrito industrial	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1105 – Const. de incubadora p/ peq. industrias/empresas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1106 – Aquis. e desapropriação de imóveis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1107 – Equip. veic. e mat. permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2054 – Manut. e encargos da sec. de ind. e comercio	348.000,00	77.597,76	77.597,76	22,30%	100%
1102 – Const. e Implant. do parque de exposições	10.000,00	296.426,47	296.426,47	2.964,26%	100%
1125 – Const. do Centro de Atend. ao turista	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2055 – Manut. do fundo de desenvolvimento municipal	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	-----------	------	------	------	------

Objetivo Estratégico:	Incentivo ao empreendedorismo de modo que ocorra o gerenciamento ambiental e os lagos sejam aproveitados em todo seu potencial.				
Programa:	0041 – Matupá Preserva				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1108 – Incentivo ao complexo turístico dos lagos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Objetivo Estratégico:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais de avaliação e controle dos programas da secretaria.				
Programa:	0045 – Gestão da Política da Sec. de Obras				
Ações	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final (\$)	Execução	PPD (Execução/Dotação inicial)	COFD (Execução/Dotação Final)
1076 – Equip. veic e mat permanente	10.000,00	18.584,00	18.584,00	185,84%	100%
2045 – Manut e enc. da sec. de obras	2.455.000,00	2.814.465,80	2.814.465,80	114,64%	100%

Os valores empenhados do crédito disponível informam que a Prefeitura Municipal de Matupá teve um alto índice de execução orçamentária no exercício em análise. Observa-se que grande parte dos programas e suas respectivas ações alcançaram a execução superior a 90%, em muitos casos atingiram 100% e alguns programas/ações ficaram com índices inferiores ou não foram executados no exercício, como pode ser observado nas Secretarias de Agricultura, Obras e Urbanismo, Meio Ambiente e Indústria e Comércio.

## 3.2. Avaliação dos Resultados de Políticas Públicas

### 3.2.1. Educação

Cumpramos destacar que a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício de 2013 foi de R\$ 8.757.710,59 (Oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), correspondendo a 26,49% (Vinte e seis vírgula quarenta e nove pontos percentuais), sobre a receita proveniente de impostos e transferências, de acordo com o relatório gerencial apresentado no balancete do mês de dezembro/2013. Deste modo, verifica-se que a administração atingiu a aplicação do mínimo exigido pelo artigo 212 da Constituição Federal, conforme demonstrados nos quadros acima citados.

Como pode ser observado no relatório gerencial do balancete mensal de dezembro/2013, os gastos com a remuneração dos Profissionais com recursos do FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 2.990.136,52 (Dois milhões, novecentos e noventa mil, cento e trinta e

seis reais e cinquenta e dois centavos), representando 70,12% (setenta vírgula doze pontos percentuais) da receita arrecadada, percentual acima do determinado pela legislação vigente, que é no mínimo de 60% (sessenta pontos percentuais).

Quanto às medidas adotadas pela administração municipal juntamente com a secretaria de educação para melhorar a qualidade na Educação e consequentemente a melhoria dos indicadores para o fortalecimento da construção do conhecimento dos alunos da rede municipal de ensino, atuou nos seguintes investimentos e ações estratégicas na área educacional:

- Reforma da Escola Municipal Norberto José Gehlen (zona rural); Reforma da quadra poliesportiva da Escola Municipal Jane Pereira Lopes; Reforma da Escola Municipal Jane Pereira Lopes; Início da construção da nova sede da Escola Municipal Santo Antonio (zona rural); Cobertura do parque infantil e do anfiteatro da Creche Municipal Criança Feliz; Aquisição de brinquedos (playground) para todas as Escolas para compor os parques infantis; aquisição de materiais didáticos direcionados para melhorar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem; Abertura de concurso público para efetivação de professores com direito a hora atividade que irá subsidiar o professor na preparação das aulas e reforço para o aluno no contraturno; Reestruturação do CME – Conselho Municipal de Educação), que estava irregular para que o mesmo auxilie na construção de PME; Criação do Currículo da Educação Infantil para a rede Pública Municipal de Ensino com o objetivo que as nossas escolas possa efetuar um trabalho pedagógico que resulte na formação mais integral de nossos alunos; Implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, criando condições para os Coordenadores e Professores Alfabetizadores desenvolvam um trabalho mais efetivo; Elaboração do Plano Municipal de Educação com o objetivo de possibilitar a orientação do uso racional dos recursos, para obtenção de melhores resultados dentro do processo educacional.

Verificou-se que os recursos de Convênios (transferências voluntárias) recebidas foram devidamente aplicados de acordo com sua finalidade, de acordo com arts. 8, parágrafo único e 50, inciso I da LRF e art 116, parágrafo 5. da lei 8.666/93, sendo que alguns ainda permanecem em fase de execução.

As contas foram mensalmente analisadas pelo Conselho do Fundeb através de relatórios, extratos bancários e comprovantes de despesas encaminhados aos mesmos, e, todo o recurso utilizado pela conta do Fundeb foi devidamente esclarecido quanto a sua utilização, não sendo constatadas despesas realizadas com recursos do Fundeb destinadas a outras finalidades.

### **3.2.2. Saúde**

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, regulamentada em 2012 pela Lei Complementar nº 141, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde, devendo ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Conforme pôde ser observado no relatório gerencial da saúde, anexo ao balancete do mês de dezembro/2013, o município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, o montante de R\$ 7.082.831,57 (Sete milhões, oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), que equivalem a 28,27% (vinte e oito vírgula vinte e sete pontos percentuais), atendendo desta forma a Lei Complementar 141/12 (substitutiva a Emenda Constitucional nº 29/00).

Quanto às medidas adotadas pela administração municipal juntamente com a secretaria de saúde para melhorar a qualidade na Saúde e consequentemente a melhoria dos indicadores, atuou nos seguintes investimentos e ações estratégicas:

- Andamento da construção da Unidade de Saúde da Família do Bairro União e Bairro Jardim das Flores, objetivando celeridade na finalização das obras para proporcionar melhores condições de atendimento a população; Reforma/Ampliação da Unidade de Saúde da Família da Gleba União Padovani; Reforma da Unidade de Saúde de Flor da Serra/Alto Alegre (zona rural); Ampliação/Reforma da Casa de Apoio da Equipe Profissional de Saúde da USF da Gleba União Padovani; Aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar às instalações da USF do Bairro Cidade Alta dando condições para sua abertura; Aquisição de três ambulâncias zero km equipadas para melhor atendimento dos pacientes tanto na zona urbana como rural; Aquisição de um micro ônibus zero km para melhorar as condições de transporte de pacientes para tratamento de saúde em centros especializados; Aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar o Hospital Municipal, em especial os destinados ao Centro Cirúrgico; Contratação de profissionais da área médica para compor o quadro das equipes do Programa Saúde da Família, Clínico Geral ao Hospital Municipal, Médico especializado em cirurgias e Médico especializado em ginecologia/obstetrícia para atendimento no Hospital Municipal;

- Em relação a taxa de detecção da Hanseníase o município teve um aumento considerável no ano de 2012, conforme demonstram os indicadores, devido a uma capacitação aos profissionais da saúde no município, realizada por um médico especialista em Hanseníase, o que possibilitou que os casos fossem detectados com maior precisão. Para o ano de 2014 será programado outra capacitação uma vez que temos alta rotatividade de profissionais médicos e enfermeiros. Apesar de nos anos anteriores a taxa ter sido menor, o Estado de Mato Grosso e a região Norte são consideradas regiões hiperendêmicas pelo Ministério de Saúde;

- Quanto a taxa de mortalidade por doença do aparelho circulatório, esta taxa no contexto nacional, estadual e municipal encontra-se como primeira causa de óbito, considerando o quadro atual a Secretaria Municipal de Saúde tem como meta para 2014:

- a) Implantar o NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família);
- b) Retomar o programa de atividade física e alimentação saudável (cozinha experimental);
- c) Busca ativa dos faltosos;
- d) Reorganização dos grupos com orientações educativas;
- e) Acompanhamento medicamentoso;
- f) Realização e monitoramento, tendo em vista que este indicador está relacionado a vários fatores.

Verificou-se que os recursos de Convênios (transferências voluntárias) recebidas foram devidamente aplicados de acordo com sua finalidade, de acordo com arts. 8, parágrafo único e 50, inciso I da LRF e art 116, parágrafo 5. da lei 8.666/93, sendo que alguns ainda permanecem em fase de execução.

As contas foram mensalmente analisadas pelo Conselho Municipal de Saúde através de relatórios, extratos bancários e comprovantes de despesas encaminhados aos mesmos, e, todo o recurso utilizado pelas contas vinculadas à saúde foi devidamente esclarecido quanto a sua utilização, não sendo constatadas despesas realizadas com recursos da saúde destinadas a outras finalidades.

### 3.3. Sistema de Controle Interno

O Controle Interno efetuou acompanhamento no decorrer da gestão, através de normativas e avaliações, pareceres, procurando orientar tanto o Executivo quanto o Legislativo no sentido de minimizar problemas, cumprir legislação, obtendo com isso um melhor resultado em relação a indicadores e avaliação da gestão.

Atuou como órgão de assessoramento junto ao Executivo no controle da gestão fiscal, em seus aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial. Não houve no exercício a necessidade de decretar limitação de empenhos e redução de despesas, conforme estabelece o artigo 9º da LRF.

Foi observado pelo controle o cumprimento dos índices constitucionais, tanto com educação, quanto com saúde e pessoal, bem como os critérios para elaboração das peças de planejamento de LOA, LDO e Revisão do PPA e LDO, foram efetuados atendendo a legislação e não apresentando incompatibilidade entre as peças de planejamento público.

Houve transparência nos atos de gestão, tanto para elaboração quanto para análise dos resultados através de audiências públicas e publicação das matérias em site e jornais oficiais.

Houve um trabalho simétrico entre o executivo, legislativo e o controle interno, interagindo com as unidades administrativas (secretarias), que resultou em ações efetivas pela administração municipal.

### 3.4. Outros Aspectos Relevantes

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada no exercício de 2013 foi de R\$ 32.520.759,35 (Trinta e dois milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e nove reais, trinta e cinco centavos). Verifica-se, portanto um excesso de arrecadação de R\$ 2.020.759,35 (Dois milhões, vinte mil, setecentos e cinquenta e nove reais, trinta e cinco centavos), que pode ser constatada através do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Aplicando o Quociente de Arrecadação da Receita (QAR = Receita Arrecadada/Receita Prevista) temos:  $(32.520.759,35/30.500.000,00 = 1,07)$ . Esse resultado significa que para cada R\$ 1,00 previsto, foram arrecadados R\$ 1,07 e indica que houve excesso de arrecadação, pois as receitas orçamentárias efetivamente recebidas foram maiores que as receitas orçamentárias previstas.

A Despesa Realizada no exercício de 2013 atingiu a importância de R\$ 31.708.212,36 (Trinta e um milhões, setecentos e oito mil, duzentos e doze reais, trinta e seis centavos), resultando numa despesa inferior à autorizada no valor de R\$ 91.787,64 (Noventa e um mil, setecentos e oitenta e sete reais, sessenta e quatro centavos).

No exercício de 2013, as despesas foram empenhadas no valor de R\$ 31.708.212,36, liquidadas R\$ 30.531.312,51 e pagas R\$ 30.100.784,89, já inclusos os valores da Câmara Municipal. Esses resultados corroboraram ao superávit orçamentário diante da avaliação da execução orçamentária do exercício de 2013.

O município também cumpriu com o repasse ao legislativo de acordo com o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal.

## 4. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES EMITIDOS PELO TCE/MT RELATIVOS A ATOS DE GOVERNO

No tocante às recomendações contidas no Parecer Prévio do Processo de nº 10.350-0/2013 do TCE-MT, por ocasião do julgamento das contas relativas ao exercício de 2012, temos o que segue:

	Recomendações	Posturas/medidas adotadas pela UCI	Postura do gestor ante as recomendações
1	Ao Poder Legislativo de Matupá que, por ocasião do julgamento das presentes contas, determine ao Chefe do Poder Executivo Municipal que: 1) adote medidas visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, buscando providências para melhorar os índices dos indicadores considerados com resultado pior em relação	a) A Unidade de Controle Interno comunicou ao Prefeito e notificou a Secretária de Saúde e o Secretário de Educação quanto aos resultados obtidos na análise das Contas realizada pela equipe técnica do TCE/MT, em especial as	a) As medidas adotadas pelo Prefeito Municipal juntamente com a Secretária de Saúde e o Secretário de Educação estão especificadas no item 3.2 – Avaliação dos Resultados de Políticas Públicas.

<p>a média nacional, especificamente quanto a taxa de reprovação – rede municipal – até a 4ª série / 5º ano; 2) adote medidas visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde, buscando providências para melhorar os índices dos indicadores considerados com resultado pior em relação a média nacional, principalmente quanto a taxa de mortalidade por doença do aparelho circulatório / cérebro-vascular e à taxa de detecção de Hanseníase; 3) aperfeiçoe o planejamento e a execução das políticas públicas nas áreas da saúde e educação, conforme relatório da equipe técnica, encaminhando os respectivos planos a este Tribunal de Contas no prazo de 60 (sessenta) dias para posterior monitoramento; 4) promova ações planejadas, a fim de evitar que o incremento da arrecadação de tributos prejudique o cumprimento do mínimo constitucional de aplicação de recursos na educação (CF, art. 212); e, 5) encaminhe e alimente as informações por meio do sistema APLIC de acordo com os documentos físicos da contabilidade, nos termos do disposto no art. 175 da Resolução nº 14/2007 deste Tribunal.</p>	<p>providências a serem adotadas visando melhorar os resultados dos indicadores das políticas públicas de saúde e educação. Também acompanhou o processo de elaboração e encaminhamento ao TCE/MT dos planos das respectivas áreas.</p> <p>b) Quanto ao incremento da arrecadação o controle interno acompanhou tempestivamente a aplicação de recursos na área da educação.</p> <p>c) O controle interno notificou o responsável pelo envio do Aplic para que se atente a alimentação correta do sistema.</p>	<p>b) O gestor cumpriu com o mínimo constitucional de aplicação de recursos na educação (CF, art. 212), aplicando 26,49% em educação, resultado de vários investimentos realizados nesta área no ano de 2013.</p> <p>c) O responsável pelo sistema Aplic manteve-se atento a verificação das informações enviadas com as apresentadas em meios físicos.</p>
--	--	---

## 5. CONCLUSÃO

O controle interno atuou na orientação as unidades administrativas (secretarias), através de reuniões, recomendações e orientações durante visitas in loco as secretarias e solicitações de consultas por parte de servidores formal ou informalmente. Esta troca de informações foram fundamentais para a prevenção de erros e adoção de procedimentos mais adequados, assim como para elaboração de instruções normativas.

Também atuou fortemente no acompanhamento da gestão fiscal, emitindo notificações recomendatórias as secretarias, dando ênfase as providências a serem tomadas quanto as correções de falhas apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado e na elaboração dos instrumentos de planejamento, que é comprovado pela evolução dos resultados da execução orçamentária e financeira no decorrer dos meses analisados.

Todas as recomendações, notificações, controles e pareceres emitidos pela Controladoria Municipal às Secretarias/Setores pertinentes tiveram a devida ciência do Chefe do Poder Executivo.

Não houve registro de falhas ou irregularidades com vestígio de dano ao erário, passível e sujeito à notificação do responsável para ressarcimento ao tesouro.

Em suma, procuramos, no presente RELATÓRIO, focar os principais aspectos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial do exercício encerrado, com clareza e objetividade, bem como afirmamos que as informações aqui demonstradas são fidedignas e representam a real situação da Prefeitura Municipal de Matupá, e somos de opinião **FAVORÁVEL a aprovação das CONTAS DE GOVERNO de 2013 da municipalidade**, bem como colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

É o parecer da Unidade de Controle Interno do Município de Matupá.

É o que coube a unidade de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

Prefeitura Municipal de Matupá, 25 de março de 2014.

**LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA**

**Controladora Interna**

**Portaria nº 2197/2012**